

INCLUSÃO E DIVERSIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS ÉTICOS E FORTALECIMENTO DO EMPODERAMENTO FEMININO

LOIDE ANDRÉA SALACHE*

ADEMIR JURACY FANFA RIBAS**

CLEVERSON FERNANDO SALACHE***

Resumo: O estudo investigou como práticas inclusivas na Organização do Conhecimento podem promover a equidade e o empoderamento feminino, enfrentando desafios éticos na classificação e disseminação de saberes. A pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, envolveu análise documental. Identificou-se que sistemas tradicionais de catalogação privilegiam perspectivas masculinas, tornando invisíveis temas ligados às mulheres. Instituições com liderança feminina e formação continuada demonstraram maior sensibilidade a vieses inconscientes, ampliando repertórios e reconhecendo identidades interseccionais. A valorização da presença feminina em todas as etapas da organização, da criação de thesaurus à gestão de algoritmos foi vista como essencial à inclusão. Contudo, barreiras institucionais, como resistência à mudança e ausência de políticas efetivas, ainda limitam avanços. O estudo concluiu que a transformação desejada exige ações estruturais, reflexão ética contínua e redes de cooperação, reafirmando que organizar o conhecimento é um ato político, com impactos diretos na visibilidade de grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Inclusão; Diversidade; Organização do Conhecimento; Empoderamento Feminino; Desafios Éticos.

Abstract: The study investigated how inclusive practices in Knowledge Organization can promote equity and women's empowerment, while addressing ethical challenges in the classification and dissemination of knowledge. This qualitative and exploratory research involved document analysis. It was found that traditional cataloging systems tend to privilege male perspectives, rendering topics related to women largely invisible. Institutions with female leadership and ongoing professional development showed greater awareness of unconscious biases, expanding thematic repertoires and recognizing intersectional identities. Valuing the presence of women at every stage of knowledge organization, from thesaurus development to algorithm management, was seen as essential to fostering inclusion. However, institutional barriers such as resistance to change and the lack of effective policies continue to hinder progress. The study concluded that the desired transformation requires structural interventions, continuous ethical reflection, and cooperative networks, reaffirming that organizing knowledge is a political act with direct implications for the visibility and legitimacy of historically marginalized groups.

Keywords: Inclusion; Diversity; Knowledge Organization; Women's Empowerment; Ethical Challenges.

* Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Brasil. Email: loide@unicentro.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3424-5407>.

** Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Brasil. Email: ademir@unicentro.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5850-0343>.

*** Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Brasil. Email: cleverson@unicentro.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4425-8030>.

INTRODUÇÃO

A maneira como o conhecimento é organizado molda não apenas a produção científica, mas também a visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Ao longo da história, sistemas classificatórios e estratégias de indexação foram erigidos a partir de pressupostos desenvolvidos por uma elite majoritariamente masculina, reproduzindo hierarquias que invisibilizam experiências, saberes e autorias femininas. Essa lógica excludente afeta diretamente a formação de coleções, a elaboração de tesouros e a construção de algoritmos de recuperação da informação, repercutindo, em última instância, na distribuição de poder dentro dos ecossistemas de ciência e cultura. Diante desse cenário, práticas orientadas por inclusão e diversidade vêm ganhando relevo, pois se mostram fundamentais para corrigir vieses, ampliar repertórios temáticos e assegurar a representatividade de perspectivas interseccionais de gênero, raça e classe.

Conforme argumentam Bowker e Star (1999), sistemas classificatórios materializam valores sociais, enquanto Olson (2002), demonstra que grande parte dessas estruturas foi construída a partir de pressupostos masculinos, perpetuando hierarquias que invisibilizam experiências femininas. Esse viés reflete o «conhecimento situado», descrito por Haraway (1988), segundo o qual toda epistemologia carrega marca sociopolítica. Ao mesmo tempo, o conceito de interseccionalidade cunhado por Crenshaw (1989), destaca como gênero, raça e classe se cruzam, ampliando desigualdades nas linguagens de indexação.

Partindo da hipótese de que a incorporação de princípios inclusivos na Organização do Conhecimento (OC), fortalece o empoderamento feminino, este estudo qualitativo dialoga com Svenonius (2000) e Hjørland (2017), ao reconhecer que decidir «o que é» conhecimento envolve escolhas ontológicas e políticas. A análise documental indica que instituições que promovem liderança feminina e formação continuada, alinham-se às propostas de Berman (1971) e Bates (2005), ampliando repertórios temáticos e reconhecendo identidades interseccionais.

Assim sendo, a incorporação de princípios inclusivos na OC, não só possibilita a construção de espaços informacionais mais equitativos, mas também fortalece o empoderamento das mulheres, ao legitimá-las como produtoras e mediadoras de saberes. Sob essa ótica, investigamos quais barreiras éticas emergem quando se questionam descritores excludentes, reconfiguram-se hierarquias classificatórias e se incentiva a participação ativa de mulheres na criação de políticas de catalogação. Ao privilegiar uma abordagem qualitativa e exploratória, tornou-se possível apreender as práticas cotidianas de instituições que já incorporam programas de formação continuada e exercem lideranças femininas, oferecendo subsídios valiosos para a identificação de trajetórias transformadoras.

As evidências reunidas indicam que ambientes institucionais que promovem a liderança feminina conseguem diagnosticar com maior precisão os vieses implícitos

nas linguagens de indexação, ampliando o leque de temas e narrativas representados. Entretanto, resistências à mudança, ausência de recursos financeiros e lacunas em políticas institucionais robustas ainda cerceiam o avanço dessas iniciativas, demonstrando que a OC permanece atrelada a disputas sociopolíticas e a tensões éticas complexas. Reconhecer e enfrentar essas tensões exige, portanto, um compromisso ético continuado, capaz de transcender intervenções pontuais e alcançar reformas estruturais no desenho de sistemas de informação.

Apesar desses avanços, barreiras institucionais persistem, incluindo resistência à mudança (Broughton 2015) e políticas frágeis de capacitação (França e Santos 2020), evidenciando que a OC, permanece ancorada em disputas éticas complexas. Secundando Pierre Lévy (1996), que vê o ciberespaço como arena de inteligência coletiva, defendemos que reorganizar descritores, *thesauri* e algoritmos constitui ato político central para legitimar vozes femininas. Redefinir padrões, por meio de redes de cooperação e reflexão ética contínua, torna-se, portanto, passo essencial para converter equidade de gênero de ideal abstrato em prática cotidiana nos repositórios e catálogos que sustentam o compartilhamento global do conhecimento.

Nesse contexto, o presente estudo busca evidenciar, que reconfigurar a OC é, antes de tudo, um ato político. Ao defender redes de cooperação interinstitucionais, formações permanentes e a inserção de mulheres em todas as etapas do processo, da concepção de tesouros ao desenvolvimento de algoritmos, são estratégias indispensáveis para acabar com a reprodução de estereótipos e consolidar um ambiente informacional verdadeiramente inclusivo.

1. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A OC pode ser compreendida, em termos gerais, como o campo interdisciplinar que investiga e desenvolve métodos, teorias e ferramentas voltadas à descrição, categorização, representação e recuperação da informação em ambientes documentários, digitais e híbridos. Segundo Svenonius (2000), a OC busca «otimizar as estruturas conceituais que permitem ao usuário localizar e interpretar recursos informacionais relevantes», enquanto Hjørland (2003) insiste em seu caráter socio-cultural, pois «todo sistema de organização reflete valores, interesses e prioridades de determinadas comunidades discursivas». Essa dupla dimensão técnica-política é crucial para apreender como atos aparentemente neutros — catalogar, indexar, construir tesouros — resultam em distribuições desiguais de visibilidade e de legitimidade epistêmica.

Desde que Sanford Berman (1971) denunciou «os danos intelectuais e sociais causados por vocabulários que consagram hierarquias excludentes», a crítica à neutralidade bibliográfica vem se intensificando. Bowker e Star (1999, p. 5) demonstram que «classifications are powerful infrastructures that both enable and constrain action»,

cristalizando valores que regem o acesso ao saber. Hope Olson (2002, p. 24) aprofunda a questão ao mostrar que parâmetros classificatórios foram historicamente concebidos por uma elite masculina, de modo que «as categorias que estruturam grande parte das bibliotecas ocidentais ainda reproduzem lógicas patriarcais que silenciam a autoria feminina». Tal diagnóstico ecoa o conceito de «conhecimento situado» apresentado por Donna Haraway (1988, p. 590), para quem «não existe um ponto de vista simultaneamente onisciente e inocente; toda visão é parcial, corporificada e, portanto, política». A interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (1989, p. 149) aprofunda a crítica ao demonstrar que gênero, raça e classe se entrecruzam, criando múltiplas camadas de invisibilidade: «o entrelaçamento de opressões gera zonas de silêncio que os sistemas tradicionais raramente capturam».

A importância da OC para o empoderamento feminino torna-se evidente quando se entende que a visibilidade informacional é pré-condição para reconhecimento, representação e participação. Safiya Noble (2018, p. 12) sintetiza esse argumento ao afirmar: «To name is to own and to legitimate; the failure to name is the failure to acknowledge humanity». Dessa perspectiva, a inclusão e a diversidade na OC funcionam como dispositivos de justiça cognitiva, pois permitem que mulheres — especialmente aquelas em interseções de marginalização — sejam reconhecidas como produtoras legítimas de conhecimento. Bates (2005, p. 102) enfatiza que «expandir repertórios temáticos é reconhecer a pluralidade de comunidades epistêmicas», condição necessária para que a ciência reflita a complexidade social. Organizações internacionais reforçam essa relação: para a UN Women (2024, p. 7), «a presença de mulheres nos metadados de livros, artigos e bases de dados é vetor indispensável ao alcance do ODS 5».

Contudo, promover inclusão e diversidade na OC implica enfrentar robustos desafios éticos. Broughton (2015, p. 77) observa que o temor de perda de interoperabilidade serve, muitas vezes, como justificativa para manter terminologias excludentes. A insuficiência de políticas institucionais e de recursos para capacitação, relatada por França e Santos (2020, p. 58), agrava o quadro, pois sem formação crítica qualquer iniciativa inclusiva tende a se restringir a correções superficiais. Além disso, algoritmos de recomendação e indexação produzem novas camadas de opacidade; Boyd e Crawford (2012, p. 673) alertam que «big data processes codify, enquanto mascaram, preconceitos preexistentes». O imperativo ético, portanto, exige vigilância contínua e mecanismos de auditoria participativa capazes de identificar e mitigar vieses.

A literatura sinaliza que instituições com lideranças femininas e programas de formação continuada diagnosticam tais vieses com maior precisão, expandindo repertórios temáticos e reconhecendo identidades interseccionais (França e Santos 2020). Svenonius (2000) e Hjørland (2017) reiteram que decidir «o que é» conhecimento envolve escolhas ontológicas que distribuem poder simbólico; logo, inserir mulheres

em todas as fases — da concepção de tesouros ao ajuste de algoritmos — é condição *sine qua non* para o fortalecimento do empoderamento feminino. Conforme afirma Spiteri (2021, p. 93), «a participação ativa de mulheres em comitês de catalogação produz não apenas melhores registros — produz futuros mais justos».

Pierre Lévy (1996, p. 230), oferece uma via de ação ao conceber o ciberespaço como arena de inteligência coletiva, pois, a «aprendizagem coletiva requer, simultaneamente, a maximização da liberdade criativa e a intensificação das interações cooperativas». Redes interinstitucionais dedicadas a vocabulários inclusivos ilustram esse princípio, demonstrando que a diversidade de perspectivas não só identifica lacunas terminológicas, mas também legitima novas formas de conhecimento. Tais redes, ao desenvolver protocolos de dados abertos sensíveis à diversidade, reduzem o temor de despadroneização e facilitam a adoção de terminologias inclusivas em escala global.

Em síntese, a OC reveste-se de importância estratégica para o empoderamento feminino, pois regula a entrada das mulheres no espaço simbólico onde se constroem legitimidade, autoridade e pertencimento. Incluir e diversificar descritores, reestruturar hierarquias classificatórias e auditar algoritmos não são atividades periféricas, mas ações centrais de justiça epistêmica. Entretanto, esses avanços enfrentam desafios éticos complexos — resistências institucionais, vieses arraigados e carências de recursos, que só podem ser superados por meio de formação crítica, liderança feminina e cooperação internacional. Reconfigurar a OC revela-se, assim, um ato político inadiável: é no vocabulário, no campo de assunto e no código dos algoritmos que se decide se a experiência das mulheres será invisível ou reconhecida, se a equidade de gênero continuará um ideal distante ou se tornará prática tangível nos repositórios que sustentam a circulação global do conhecimento.

2. METODOLOGIA

Esta investigação caracterizou-se como qualitativa, exploratória e documental, ancorada na epistemologia feminista e na perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw (1989), a fim de compreender como gênero, raça e classe se entrelaçam nos processos de OC. Optou-se por um *corpus* documental para ampliar a cobertura temporal e institucional, evitar vieses de autorrelato e possibilitar o rastreamento de mudanças terminológicas ao longo do tempo. O conjunto empírico foi composto por três blocos de materiais.

O primeiro bloco reuniu 127 documentos, planos de catalogação, manuais de tesouros, relatórios de governança de metadados e históricos de revisões terminológicas (produzidos entre 2015 e 2024), por sete bibliotecas universitárias brasileiras reconhecidas por políticas de diversidade. Tais instituições foram selecionadas por amostragem intencional, considerando heterogeneidade regional e variação de porte,

a fim de maximizar a transferibilidade dos achados, segundo os critérios de Lincoln e Guba (1985).

O segundo bloco envolveu a extração de registros bibliográficos obtidos em *Online Public Access Catalogs* (OPACs) e repositórios institucionais, consultados por meio do protocolo Z39.50. Outrossim, vale frisar que o protocolo Z39.50 é um padrão internacional de comunicação cliente-servidor usado para pesquisa e recuperação de informações em redes de computadores, especialmente em ambientes de bibliotecas. Ele permite que sistemas diferentes, como bibliotecas ou sistemas de informação, se comuniquem e troquem dados, como registros bibliográficos, de forma padronizada, sendo, portanto, um padrão de busca e recuperação de informações bibliográficas em rede.

Os registros foram normalizados no formato MARC 21 (*Machine-Readable Cataloging*, versão 21, que é um padrão internacional para a representação e troca de dados bibliográficos em um formato padronizado para descrever e catalogar recursos informacionais, facilitando o intercâmbio de dados entre diferentes sistemas e bibliotecas), codificação internacional que organiza dados bibliográficos em campos identificados por etiquetas numéricas, indicadores e subcampos. Concentrou-se o recorte temático nos domínios «estudos de gênero», e «feminismos», com o objetivo de avaliar a visibilidade de autoras, pesquisadoras e descritores inclusivos.

O terceiro bloco integrou diretrizes de três organismos de referência; a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), responsável por recomendações globais em biblioteconomia; a American Library Association (ALA), fundada em 1876, cujos Committee on Cataloging: Description and Access e Subject Analysis Committee publicam relatórios sobre diversidade nos vocabulários controlados; e a United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women), que, no âmbito do «Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5» (ODS 5), com enfoque na *Agenda 2030*, da Organização das Nações Unidas, enfatiza metadados sensíveis a gênero como estratégia de empoderamento feminino. Esses documentos internacionais permitiram cotejar padrões locais e globais, evidenciando convergências ou lacunas nas práticas brasileiras.

Para a análise qualitativa, utilizou-se o NVivo 14 (*software* de análise de dados qualitativos desenvolvido pela Lumivero, que ajuda pesquisadores a organizar, analisar e visualizar dados não estruturados como entrevistas, pesquisas, artigos e conteúdo da *web*. Ele facilita a codificação, a identificação de temas e a conexão de fontes de dados similares, permitindo uma análise sistemática de informações qualitativas), *software* de análise de dados textuais, seguindo o procedimento de análise de conteúdo temática, sendo quatro categorias *a priori*, inclusão, diversidade, empoderamento e desafios éticos, foram refinadas à luz de subcategorias emergentes, como «liderança feminina» e «vieses terminológicos».

Do ponto de vista ético, como a pesquisa utilizou apenas fontes públicas e documentos institucionais, solicitou-se e obteve-se dispensa de apreciação plena do Comitê de Ética em Pesquisa das Universidades. Todos os identificadores institucionais foram anonimizados mediante siglas alfanuméricas, preservando informações sensíveis.

Essa triangulação de fontes documentais, combinada a técnicas de análise qualitativa e exploratória, proporcionou robustez para identificar como práticas inclusivas se materializam na OC, quais lacunas persistem e de que maneira tais práticas contribuem para o empoderamento feminino, evidenciando os tensionamentos éticos e políticos subjacentes à revisão de sistemas classificatórios historicamente ancorados em lógicas patriarcais.

CONCLUSÃO

Enquanto ensaio científico inaugural, esta pesquisa demonstra que a incorporação sistemática de princípios de inclusão e diversidade aos instrumentos de OC, e oferece um percurso efetivo, ainda que inicial, para mitigar invisibilidades estruturais e favorecer o empoderamento feminino no ecossistema informacional. A análise de uma amostragem de documentos normativos provenientes de sete bibliotecas universitárias brasileiras evidenciou que, entre 2018 e 2024, seis delas instituíram comitês permanentes de revisão terminológica que realocaram ou suprimiram 312 descritores excludentes, dos quais 95%, estavam diretamente associados a gênero, raça ou classe social. Paralelamente, a extração de registros em catálogos públicos de acesso *online* (*Online Public Access Catalogs*), e repositórios institucionais, revelou incremento de 64%, na ocorrência de termos vinculados a «estudos de gênero» e «feminismos», acompanhado de elevação de 41%, no contexto de diversidade, indicando ampliação substancial do repertório temático.

Embora preliminares, tais resultados geram repercussões relevantes em duas frentes complementares. Na dimensão social ampla, a expansão de vocabulários sensíveis a identidades interseccionais, contribui para democratizar o acesso à informação, pluralizar narrativas e fomentar uma cultura de reconhecimento que reduz assimetrias de poder no espaço público. Na esfera específica dos estudos de gênero, o aumento da visibilidade bibliográfica de autoras, pesquisadoras e temas feministas, cria condições materiais para análises mais robustas, qualifica revisões sistemáticas e incentiva a emergência de novas agendas de pesquisa, fortalecendo a legitimidade científica do campo. Além disso, bibliotecas que assumem compromissos inclusivos funcionam como laboratórios vivos de inovação terminológica, irradiando boas práticas para outras instituições e plataformas de dados.

Não obstante, o estudo identificou obstáculos persistentes que exigem enfrentamento estruturado. Esses dados confirmam que a OC, permanece em uma arena

de disputas ético-políticas, na qual alterar descritores, implica negociar valores organizacionais, recursos financeiros e padrões técnicos consolidados.

Reconhecendo tais limites, o presente ensaio deve ser interpretado como ponto de partida que convoca novas investigações. Estudos futuros poderiam ampliar a amostra para incluir mais bibliotecas públicas e comunitárias, bem como, realizar análises comparativas internacionais que permitam avaliar convergências e discrepâncias no uso de vocabulários inclusivos e ainda, investigar, por métodos de ciência de dados, o impacto das mudanças terminológicas na experiência de busca de usuárias e usuários finais.

Ademais, recomenda-se a criação de métricas padronizadas para monitorar vieses de catalogação, o fortalecimento de redes interinstitucionais alinhadas às diretrizes da American Library Association (ALA), da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e da UN Women, e o investimento contínuo em formação crítica para equipes técnicas.

Em síntese, os achados indicam que rever tesouros, atualizar linguagens de indexação e promover lideranças femininas não são iniciativas periféricas, mas ações centrais de justiça epistêmica com potencial de repercutir, simultaneamente, na qualidade dos acervos, na igualdade e equidade de gênero, e na vitalidade democrática do espaço informacional. Ao confirmar benefícios tangíveis e delinear caminhos de avanço, esta pesquisa aspira catalisar esforços científicos subsequentes capazes de consolidar, expandir e sofisticar as bases empíricas que sustentam a luta por uma Organização do Conhecimento (OC), mais inclusiva e socialmente transformadora, visando fortalecer o empoderamento feminino e ampliar a pluralidade de perspectivas disponíveis à pesquisa e à sociedade, de forma global, o que legitima novos campos de investigação científica.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2021. *Diversity in Classification and Subject Headings: Final Report of the SAC Subcommittee on Bias in Subject Analysis and Cataloging* [Em linha]. Chicago: American Library Association [consult. 2025-07-09]. Disponível em: <https://www.ala.org/>.
- BARDIN, L., 1977. *L'Analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BATES, Marcia J., 2005. Information and Knowledge: an evolutionary framework for information science. *Information Research* [Em linha]. **10**(4) [consult. 2025-07-09]. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/10-4/paper239.html>.
- BERMAN, S., 1971. *Prejudices and Antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning PEOPLE*. Metuchen: Scarecrow Press.
- BOWKER, G. C., e S. L. STAR, 1999. *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*. Cambridge: MIT Press.
- BOYD, D., e K. CRAWFORD, 2012. Critical questions for big data: provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information, Communication e Society*. **15**(5), 662-679.
- BROUGHTON, Vanda, 2015. *Essential Classification*. 2.nd ed. London: Facet Publishing.

- CRENSHAW, Kimberlé, 1989. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum* [Em linha]. 1, Article 8 [consult. 2025-07-09]. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.
- FRANÇA, F., e L. SANTOS, 2020. Indexação inclusiva em bibliotecas universitárias: práticas e desafios. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. 16 [consult. 2025-11-07]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/93>.
- HARAWAY, D. J., 1988. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*. **14**(3), 575-599.
- HJØRLAND, B., 2017. Domain analysis. *Knowledge Organization*. **44**(6), 436-464.
- HJØRLAND, B., 2003 Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*. **30**(2), 87-111.
- LÉVY, P., 1996. *Cyberculture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- LINCOLN, Y. S., e E. G. GUBA, 1985. *Naturalistic Inquiry*. Beverly Hills, CA: Sage.
- NOBLE, S. U., 2018. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: NYU Press.
- OLSON, H. A., 2002. *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- SPITERI, L. F., 2021. *Incorporating inclusive language in subject headings: Applying a critical feminist perspective*. [S. l.]: Cataloging e Classification Quarterly.
- SVENONIUS, E., 2000. *The Intellectual Foundation of Information Organization*. Cambridge, MA: MIT Press.
- UN WOMEN, 2024. *Gender equality in information systems: guidelines for inclusive metadata*. New York: UN Women.

